

- <https://ec.europa.eu/clima/consultations/articles/0028_en> [acedido em 15 de janeiro de 2018]
- <https://ec.europa.eu/clima/policies/ets/pre2013_en> [acedido em 15 de janeiro de 2018]
- <<https://iea.uoregon.edu/base-agreement-list>> [acedido em 15 de janeiro de 2018]
- <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>> [acedido em 15 de janeiro de 2018]
- <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>> [acedido em 15 de janeiro de 2018]
- <<https://www.occ.pt/pt/noticias/novo-calculo-da-derrama/>> [acedido em 15 de janeiro de 2018]
- <<https://www.portugal.gov.pt/media/1539636/3%20-%20projeto%20de%20reforma.pdf>> [acedido em 15 de janeiro de 2018]

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
1. Considerações Prévias	7
2. Da Adopção da Terminologia «Finanças e Fiscalidade do Ambiente e da Energia»	9
3. Das Razões da Escolha das Finanças e Fiscalidade do Ambiente e da Energia	13

PARTE I PARTE GERAL

CAPÍTULO I – QUESTÃO AMBIENTAL	23
1. Introdução	23
1.1. Ambiente e Economia	23
1.2. Ambiente e Utilidade	24
1.2.1. Economia Ecológica	30
1.3. Ambiente e Igualdade	32
2. Os Desafios Ambientais Futuros e a Questão do Ordenamento do Território e do Urbanismo	34
2.1. Os Desafios Ambientais	34
2.2. O Ordenamento do Território e o Urbanismo em Especial	36
3. O Crescimento Sustentável	38
3.1. Ambiente e Sistemas Económicos	38
3.2. A Superação do Dilema Economia/Ambiente. A Curva de Kuznets Ambiental e o Paradoxo de Jevons	40
3.3. O Alvor do Crescimento Sustentável. O Estado Bem-Estar	45
3.4. O Conceito de Desenvolvimento Sustentável. O Relatório Brundtland	55
3.5. Dimensão Espacial do Desenvolvimento Sustentável. De Quioto a Paris	60
3.6. A Dimensão Temporal do Crescimento Sustentável. A Equidade Intergeracional	67
3.7. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	74

PARTE II
A REGULAÇÃO ECONÓMICA NA RESOLUÇÃO
DA QUESTÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I – CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO MERCADO AMBIENTAL	81
1. O Desenvolvimento Sustentável e as Condições de Mercado	81
2. O Caminho para a Identificação das Falhas de Mercado. De Mill a Sidgwick.	84
3. Falhas de Mercado: Conceito	86
 CAPÍTULO II – O DIREITO ECONÓMICO NO AMBIENTE E NO TERRITÓRIO	 93
1. As Falhas de Mercado e a Redistribuição	93
2. A Função Reguladora do Estado no Ambiente e Território	98
3. Falhas de Mercado e Falhas de Governo: Princípio da Prevalência do Direito Económico na Questão Ambiental e Territorial	99
4. A Função Reguladora do Estado no Ambiente e no Território	100
4.1. O Direito Económico e a Eficiência Produtiva	100
4.2. O Direito Económico e a Redistribuição	102
5. A Questão Ambiental e a Escolha Pública	107
5.1. A Tragédia Revelada na Escolha Pública	112
5.2. A Catarse da Escolha Pública	119
6. A Constituição Económica Portuguesa Enquanto Elemento Conformador Fundamental da Decisão Ambiental, Territorial e Urbanística	121
7. A Intervenção Pública como Elemento Essencial na Resolução da Questão Ambiental e Territorial	123
8. Políticas Públicas e o Advento da Economia Comportamental em Sede Ambiental	128
8.1. Uma Ressalva: as Realidades em Mudança: o Fim da Acção Pública?	135

PARTE III
A QUESTÃO AMBIENTAL

1. Prévio. Modelo de Exposição	143
 CAPÍTULO I – EXTERIORIDADES AMBIENTAIS	 145
1. Exterioridade. Delimitação Conceptual	145
2. As Exterioridades e o Ambiente	152
3. Exterioridades Ambientais. Metodologias de Resolução Tradicionais	153

CAPÍTULO II – OS RECURSOS COMUNS	159
1. Recursos Comuns. Delimitação Conceptual	159
2. A Insustentável Leveza dos Recursos Comuns: o Planeta Finito	161
3. Corolário da Não Exclusão com Rivalidade: A Tragédia dos Baldios	168
3.1. A Apropriação «Eficiente» como Elemento Crucial para o Desenvolvimento Sustentável	172
3.2. A Teoria dos Jogos Não Cooperativos e a Formação da Decisão nos Baldios	175
3.3. A Tensão Liberdade/Realidade na Definição dos Modelos de Apropriação Óptima	186

PARTE IV
INSTRUMENTOS FINANCEIROS E FISCAIS
NA RESOLUÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO INSTRUMENTAL	193
1. Autonomia Privada, Direito de Propriedade e Responsabilidade Civil	193
2. Os Instrumentos Administrativos	200
3. Conclusão: da Fundamental Importância dos Instrumentos Económico-Financeiros	202
 CAPÍTULO II – OS INSTRUMENTOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA A CORRECÇÃO DO MERCADO	 205
1. Introdução	205
2. As Subvenções Ambientais	208
2.1. O Princípio Poluidor Pagador	209
2.2. A Posição do Tribunal de Justiça da União Europeia	215
2.3. O Enquadramento Comunitário dos Auxílios Estatais a Favor do Ambiente	217
3. Os Tributos Ambientais	225
3.1. Prévio: dos Tributos em Geral. Capacidade Contributiva vs. Equivalência ou Benefício	228
3.2. Os Impostos	232
3.3. As Taxas	238
3.4. As Contribuições	243
3.4.1. Contribuições Especiais	244
3.4.2. Contribuições Financeiras	247
3.5. Tarifas	250
4. O Conceito de Tributo Ambiental	251
5. Política Tributária Ambiental e Territorial. Disfunções Dogmáticas	253

6. (Des)Evolução Teórica da Tributação Ambiental	256
7. A Reforma da Fiscalidade Verde	262
8. Conclusão: uma Política Tributária Ambiental Eficiente e Justa	263

CAPÍTULO III – OS INSTRUMENTOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA A CRIAÇÃO DO MERCADO

1. Prévio. A Perspectiva de Coase	271
2. O Teorema de Coase e a Formação de Mercados Secundários	273
3. Os Direitos de Emissão Negociáveis («Sistemas <i>Cap and Trade</i> »)	278
4. Os Sistemas Internacionais de Direitos de Emissão Negociáveis.	
O CELE em Especial	282
4.1. Fases de Implementação do CELE	286
4.2. O Mecanismo de Leilão do CELE	291
4.3. O Futuro do CELE: 4ª Fase	294
5. Conclusão: uma Política de Direitos Negociáveis Eficiente e Justa	295

CAPÍTULO IV – EM ESPECIAL: COMO EVITAR A TRAGÉDIA NOS RECURSOS COMUNS

1. Os Protagonistas Possíveis na Resolução da Tragédia dos Baldios	299
1.1. O Leviatão Redentor	300
1.2. O Privatizador Implacável	302
1.3. O Coordenador Benévolo	304
1.4. O Jogador Insaciável	307
1.5. O Tributário Eficiente	312
1.5.1. Um Exemplo: o Espectro Radioelétrico como Recurso Comum	319

PARTE VII A QUESTÃO ENERGÉTICA

CAPÍTULO I – O TRIBUTO ENERGÉTICO	329
1. Prévio. Dimensão Transversal da Questão Energética	329
2. Energia, Emissões, Recursos e Redes	330

CAPÍTULO II – TRIBUTAÇÃO ENERGÉTICA E AS EMISSÕES A VERTENTE DAS EXTERIORIDADES	337
1. Tributação da Energia	337
2. Uma Questão Controversa: ISP/Adicionamento/CELE	342

CAPÍTULO III TRIBUTAÇÃO ENERGÉTICA E AS FONTES ENDÓGENAS DE PRODUÇÃO HÍDRICA E EÓLICA	351
1. Correção das Falhas de Mercado na Geração de Energia e Descentralização Financeira	351
2. A Descentralização Financeira e o Novo Quadro das Finanças Locais	352
3. A «Derrama Energética»	359
3.1. Um Exemplo: as Albufeiras das Barragens Enquanto Elementos Constitutivos do Estabelecimento Estável	360
3.2. Relevância da Qualificação da Albufeira Enquanto Bem do Domínio Público Hídrico	362
4. Delimitação Negativa: as Barragens Enquanto Activos fora do Âmbito de Incidência do IMI	365
5. A Unidade Funcional da Produção Hidroelétrica: a Integração das Barragens no Domínio Público Hídrico e o Conceito de «Propriedade Económica» Subjacente	368
6. Um Argumento Adicional: a Inscrição Matricial como Meio de Inventariação Fiscal	372
7. Dos Riscos de Sobreposição Tributária por Desconexão Dogmática	377
8. Tributação e Direito de Propriedade: a sua Manifestação Enquanto Propriedade Líquida e Base de Determinação de Inconstitucionalidade por «Confisco»	380
9. Os Parques Eólicos e o Conceito de Prédio em IMI	383
10. O Valor do Prédio para Efeitos de IMI	386
11. Metodologias de Avaliação dos Parques Eólicos	387
12. Proposta: Incorporar a «Renda» de 2,5% Prevista no Anexo II do Decreto-Lei nº 189/88 Enquanto Tributação em Sede de Contribuição de Melhoria (uma Para-derrama)	388

CAPÍTULO IV – TRIBUTAÇÃO ENERGÉTICA E AS REDES	391
1. A Rede Elétrica Enquanto Protótipo de Infra-estrutura Territorial e Urbanística	391
2. A Rede Elétrica como Bem do Domínio Público	400
3. O Modelo de Agregação da Rede Elétrica e seus Corolários em Sede de IVA	406
4. Tributação das Actividades Reguladas em Portugal: o Caso Particular do Sector Elétrico e do Gás Natural	411
4.1. O Enquadramento Tarifário	415

CAPÍTULO V – O ELEMENTO ANÓMALO: A CESE	421
1. Da Qualificação Jurídico-tributária Atípica da Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético	421
1.1. A CESE Enquanto Imposto?	423
1.2. A CESE Enquanto Taxa?	426
1.3. A CESE Enquanto Contribuição?	427
2. Quais as Consequências da Desadequação Funcional da CESE?	429
2.1. A Óptica da Proporcionalidade	429
2.2. Violação do Princípio da Protecção da Confiança, em Função da Ausência de Delimitação Temporal Real do seu «Carácter Extraordinário»	433
2.3. Da Desconformidade com o Princípio da Tributação pelo Lucro Real e a Vinculação a uma Liberdade de Gestão Condicional	436
2.4. Direito de Propriedade: a sua Manifestação Enquanto Propriedade Líquida e Base de Determinação de Inconstitucionalidade por Confisco pela Sobreposição Tributária	437
2.5. A CESE e a sua Influência em Sede de Concessões da Rede Eléctrica Nacional	441
ELEMENTOS DE ESTUDO E BIBLIOGRAFIA	445
BIBLIOGRAFIA	447